



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL127/23
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 04 DE MAIO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Robinho Nunes) – Boa tarde a todos.

Estão presentes os Srs. Vereadores: Arselino Tatto, Rodrigo Goulart, Rubinho Nunes e a Vereadora Silva da Bancada Feminista.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 21ª Audiência Pública de 2023, sendo a 16ª audiência pública ao PL 127/23 – PDE, Executivo, Ricardo Nunes: “Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela lei 16.050/2014, nos termos da previsão do seu artigo 4º”.

Informo que essa reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditórios-online/ e também pelo YouTube, no canal da TV Câmara São Paulo, Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara, canal 8.3.

Essa audiência vem sendo publicada desde o dia 5 de abril no *Diário Oficial da Cidade*; dia 7 de abril, no jornal *Estado de S. Paulo*; e dia 8 de abril, no jornal *Folha de S. Paulo*.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 12 de abril, devendo os inscritos participar pela plataforma *on-line*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para essa audiência: Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado pelo Sr. Gustavo De Lucca, arquiteto em SMUL e Sr. Luís Otávio, da SMUL; Sra. Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Sr. Nelson Lima, do Departamento do Patrimônio Histórico; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça, Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Fiorentino Junior, Defensor Público Geral.

Informo aos presentes que desde já estão abertas as inscrições com a nossa secretaria, aqui à esquerda, para que sejam feitas as explanações e manifestações.

Convido o Sr. Gustavo De Lucca, arquiteto da SMUL

O SR. GUSTAVO DE LUCCA – Boa tarde a todos e todas, aos membros da Mesa,

aos Vereadores, representantes de diferentes segmentos da sociedade.

Então, na qualidade de representante do corpo técnico de SMUL, vamos dar uma breve contextualização do processo participativo decorrente da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico e o resultado, do ponto de vista do tema da audiência de hoje, que é de patrimônio e política cultural.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. GUSTAVO DE LUCCA – A estrutura da apresentação está dividida na introdução, além do tempo, o processo participativo, sobretudo com foco na terceira etapa, que foi a etapa de finalização do projeto de lei. E, por fim, com o destaque para o projeto de lei ora em discussão, no artigo 4º do PDE, nós temos a previsão de uma revisão intermediária, ainda que o PDE tenha a vigência até 2029, essa revisão intermediária preserva os diferentes objetivos, estratégias e diretrizes.

O PDE ocorreu de forma participativa em três etapas sucessivas, organizadas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Nas três etapas foram captadas contribuições por intermédio de diferentes canais de participação *on-line*, oficinas presenciais, o Participe+ e, a partir desses canais, das milhares de contribuições, foram elaborados diferentes documentos técnicos, todos eles disponibilizados na plataforma Plano Diretor SP.

Dentre eles, nós temos o diagnóstico de aplicação do Plano Diretor, o relatório e escopo da revisão, os diferentes relatórios temáticos que deram subsídio à elaboração da minuta, da primeira versão da minuta, e, por fim, o projeto de lei ora em discussão.

Na terceira e última etapa do processo de revisão, nós tivemos cerca de 4.388 contribuições, que foram sistematizadas e analisadas, sobretudo, contribuições captadas pelo formulário *on-line* do Participe+. Quanto aos temas que mais apareceram nas diferentes contribuições, nós temos primeiramente a questão das áreas verdes e do Quadro 7 do PDE e dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana.

Bom, a revisão intermediária é um processo de amadurecimento contínuo. Ela se deu primeiramente com a publicação do diagnóstico de aplicação do PDE, que dava luz àquilo que havia sido implementado até o momento. E, a partir do processo participativo, então, a elaboração de diversos documentos, que foram resultando no projeto de lei. Então, o escopo da revisão, a análise técnica das diferentes secretarias, a interlocução com as diferentes secretarias do município, a elaboração da primeira versão da minuta, que foi colocada em pauta a discussão, e a versão final do projeto de lei.

Aqui nós temos a estrutura do PDE, que é dividido em cinco títulos, dentre os quais temos três que são mais densos do ponto de vista de conteúdo da política urbana, que são: Título II – Da Ordenação Territorial, Título III – Da Política e dos Sistemas Urbanos e Ambientais, e o Título IV – Da Gestão Democrática e do Sistema Municipal de Planejamento Urbano.

Seguindo a mesma lógica, o projeto de lei também se estrutura a partir de diversos temas que estão vinculados ao Plano Diretor Estratégico, e aí nós temos ZEPECs, ZEIS, política de desenvolvimento econômico e sustentável; vários temas articulados ao PDE.

Mais especificamente sobre o tema da audiência de hoje, Patrimônio e Políticas Culturais, nós temos, já nas exposições preliminares, a questão de que foram mantidos os princípios, as diretrizes, os objetivos e as estratégias da ordenação territorial da política de desenvolvimento urbano, estruturados a partir das dimensões social, ambiental, imobiliária, econômica e cultural.

No capítulo Da Zona Especial de Preservação Cultural – ZEPEC, nós temos a inclusão, entre os objetivos da zona, o da proteção das áreas indígenas demarcadas em prol do reconhecimento e preservação dos modos de vida dos povos originários. Nós temos também a identificação e preservação dos espaços e lugares históricos e culturais da população negra, resgatando e valorizando memória, identidade, formas de viver e de se expressar.

No capítulo Da Transferência do Direito Construir – TDC, do projeto de lei, nós temos um esclarecimento acerca da necessidade de comprovação do bom estado de preservação dos imóveis em ZEPEC-BIR para a aplicação da TDC.

No capítulo sobre a política e sistema de mobilidade, temos a previsão da elaboração de um Plano Municipal de Rotas Acessíveis, no qual deverá, dentre outras situações, integrar equipamentos de interesse cultural com o transporte público e vagas exclusivas e também prever a implantação de sinalização, planos e mapas acessíveis em áreas de interesse cultural.

Por fim, em Das Disposições Finais e Transitórias, temos a permissão para que a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo reveja os limites das áreas de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana nos termos do artigo 77 do PDE, com base em estudos que considerem aspectos relativos à paisagem urbana e ao patrimônio cultural e ambiental, tais como morfologia e ambiência urbana, identidade e memória.

Agradeço a atenção de todos e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Gustavo.

Pergunto à Comissão se existem inscritos presencialmente. (Pausa) Se puderem trazer a lista. (Pausa)

O SR. SANSÃO PEREIRA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Só um minuto, Vereador Sansão.

Antes, passo a presidência ao Vereador Rodrigo Goulart para que conduza temporariamente os trabalhos e eu possa fazer uma reunião.

- Assume a presidência o Sr. Rodrigo Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Com a palavra, o Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Apenas para marcar presença. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Registrada a presença do Vereador Sansão Pereira.

Passo a palavra para a primeira inscrita, Sra. Débora Machado, do Cades Ipiranga.

A Câmara está recebendo cerca de 40 alunos da Fundação Jovem Profissional, que

estão na galeria. Peço uma salva de palmas para registrar a presença dos alunos.

Muito obrigado pela visita. Sejam sempre bem-vindos. (Palmas)

Tem a palavra a Sra. Débora Machado.

A SRA. DÉBORA MACHADO – Boa tarde a todos. Muito obrigada pelo espaço.

Eu sou do Cades Ipiranga, do Conselho do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Cultura de Paz e do Movimento da Usina Ecocultural.

Eu gostaria de solicitar que o nosso projeto seja incluído no Plano Diretor. Nós temos a proposta de revitalização de um equipamento público que estava abandonado, que era o antigo incinerador Vergueiro. A nossa proposta é de transformação desse equipamento num polo cultural. Nós temos a intenção de transformar esse espaço num centro de cultura, mas também integrado ao Museu do Meio Ambiente. Nós temos uma mobilização hoje da comunidade, para transformar esse espaço num espaço de educação ambiental e também cultural e que seja um polo, onde a gente vai trabalhar a educação ambiental junto à comunidade.

Esse projeto, esse equipamento, fica muito bem localizado no Ipiranga, em frente ao metrô Santos-Imigrantes, da linha verde e a gente entende que essa proposta vai ser muito boa para o território e para além do território, para a cidade. Então, a nossa proposta de museu e de centro cultural, centro ecocultural vem de encontro com patrimônio, cultura, meio ambiente e também educação, pensando também no ganho como saúde pública. Além disso, nós também queremos propor esse projeto integrado ao PL 666/2019, do Vereador Aurélio Nomura, que propõe um corredor verde junto à Avenida Ricardo Jaffet, que é um parque linear. Então, a nossa proposta é que esse corredor verde tenha uma conexão com o nosso espaço, que é a Usina Ecocultural, que vai ser o futuro museu do meio ambiente. Então, a gente pede que seja inserido aí na revisão do Plano Diretor.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Alves de Godoy Magnani, do Condephaat e da Apito.

O SR. MARCELO ALVES DE GODOY MAGNANI – Boa tarde.

Eu venho aqui hoje para falar um pouco sobre a questão do patrimônio histórico, no que diz respeito ao Plano Diretor. Agradeço imensamente a oportunidade de poder dialogar. Há muito tempo, a gente não vê um processo tão construtivo de criação de normas urbanísticas. Como a gente experimentou agora, no PIU central e nos outros PIUs que estão sendo discutidos e aprovados na cidade de São Paulo, agora eu queria chamar atenção, com bastante veemência, a questão do proprietário do imóvel tombado. Há a importância da cultura, ainda mais agora. Quando a gente fala que a preservação da memória e os discursos nem sempre são exatamente a verdade e a discussão sobre verdade e sobre censura. Eu acho que a preservação do imóvel tombado, com as suas características originais e com o seu legado para a cidade e para as pessoas, é uma das únicas formas de se manter a mente sã.

A gente tem que ter, como percepção inicial, que o município cresce e os imóveis são construídos e são colocados dentro da cidade, de forma a acomodar todos os interesses e toda a população, desde a população negra, até a indígena, a população dos pequenos bairros e vilas operárias, então a importância do tombamento é fundamental para que se preserve esse valor.

No entanto, quero destacar que estamos observando um aumento significativo de imóveis tombados e chegamos aqui, de acordo com o diagnóstico feito em 2021 para a revisão do Plano Diretor, que temos 699 imóveis tombados a mais dentro do Centro de São Paulo, na região da Sé; e que temos um total de quase que 5 mil imóveis tombados no município de São Paulo.

Numa conta muito simples: 4.449 imóveis tombados, se chegarmos a uma conta média de mil metros quadrados tombados por imóvel, e nós sabemos, lá no Condephaat, que existe uma conta, em torno de 3,5 a 4 mil reais o valor para se restaurar um imóvel, então esse é o prejuízo que o proprietário do imóvel tombado tem assim que ele recebe essa restrição. Ele tem por obrigação de fazer, no mínimo, o primeiro restauro, porque, se não, não haveria de ser. Não faz sentido você tomar um imóvel sem ter um mínimo de preservação.

Então essa conta gera um passivo para os proprietários dos imóveis tombados que

está acima de 15 bilhões de reais. Por isso acho importante que saibamos que o conceito de patrimônio, o Conpresp, e o Condephaat, que é aquele que represento, têm uma responsabilidade social, qual seja, dizer de onde vem o recurso para fazer esse restauro. Os proprietários não aguentam mais. O direito à propriedade deve ser preservado, sob pena de termos uma quantidade, cada vez maior, de ruínas e a perda da memória de forma completa.

Não vou falar sobre os ajustes da lei, acho que os ajustes serão uma proposta por escrito que vamos apresentar, mas só estou levantando o tema para explicar a dimensão, e aproveito para agradecer esse espaço, que vocês têm nos dado com tanta recorrência.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado por sua participação e presença.

Quero registrar que o Dr. Marcelo também é muito parceiro da entidade Pró Centro, que participa muito ativamente no aprimoramento do PIU Central, bem como tantas outras legislações.

Obrigado mais uma vez pela presença e participação.

Vou chamar, nesse momento, a Sra. Adriana Blay Levisky, inscrita pelo *chat*, ela que é da Levisky Arquitetos. (Pausa) Sra. Adriana? Não está presente. Próximo é a Sra. Laurita Salles, do Pró-Pinheiros.

Só lembrando que eu abordei rapidamente o Marcelo sobre os três minutos, é que são os três minutos regimentais que temos utilizado de forma recorrente nas audiências.

A SRA. LAURITA SALLES – Boa tarde a todos.

Meu nome é Laurita, estou representando o Movimento Pró-Pinheiros. É um movimento que articula as reivindicações da região de Pinheiros e adjacências.

Vou trazer hoje duas questões que já abordamos no dia das ZEUs, mas também tem nomeado no nosso rol de propostas que enviamos a todos os Vereadores desta Casa.

Queremos lembrar e frisar a importância do ponto de vista cultural e de preservação do patrimônio do artigo 77 das ZEUs, o qual dispõe a possibilidade de verticalização etc., então é possível, em um dos itens do artigo 77 que se possa modificar como uma zona de exceção micros zonas de interesse urbanístico, cultural ou paisagístico. Então estamos diretamente na

questão do tema de hoje.

Portanto, estamos solicitando, e a Prefeitura já colocou nas Disposições Transitórias, porque então é necessário que isso entre, depois, na Lei de Zoneamento, mas é preciso instaurar um procedimento claro de como se implementa o artigo 77.

Então, nós estamos pedindo - eu não vou ler tudo aqui -, mas é muito importante. Acho que a Câmara vai no sentido de até aperfeiçoar o PDE com a proposta da vinda da Prefeitura que tenha um prazo, ou seja, a gente pede que isso que a Prefeitura se propõe a fazer tenha um prazo e que necessariamente tenha que ser cumprido. Também tem alguns procedimentos.

A morfologia, por exemplo, do bairro de Pinheiro, temos 500 e tantas vilas. Algumas nomeadas como vilas dentro da lei do Artigo 64, da Lei de Zoneamento. Então, pedimos que seja inserido também nas disposições transitórias que se possa não lembrar os lotes internos das vilas. Porque o que está acontecendo é que as imobiliárias compram os lotes internos das vilas e acaba a validade de todo o Artigo 74. Estamos tendo a destruição da memória da cidade.

Então é muito importante, do ponto de vista da preservação de usos, meio ambiente, porque também é meio ambiente você ter vilas - tem verde - e também dessas microzonas especiais de interesse urbanístico da morfologia da cidade.

Pinheiros tinha, por exemplo, 500 vilas em um estudo de uma dissertação do Mackenzie. Tem uma moça que participa do Pró-Pinheiros, embora ela seja do Pacaembu, ela não é exatamente do nosso bairro, mas é uma solicitação que ela fez. Vou tentar explicar o que está acontecendo. Elas têm um prédio tombado na Rua Pará, 222, edifício Abaeté, mas estou falando como uma questão geral. É que eles têm esse edifício tombado e eles tem uma parte da decoração externa da fachada em amianto. Ou seja, existe uma contradição entre a questão da preservação e a questão da preservação ambiental. Eles estão querendo fazer essa reforma dessa parte da fachada e eles não conseguem. Então, o Conpresp precisaria considerar melhor isso. Então, como tratar dessas questões? Não sei se pode ser no Plano Diretor ou não. Só estou relatando o problema que a questão ambiental e de preservação, às vezes, elas não estão se

unindo da forma que seria desejável. Inclusive tem uma reforma do lado que pode cair e resolver quebrar o negócio do amianto e eles não estão conseguindo resolver. É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

Próximo inscrito, Sr. Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde.

Sou Arlindo Amaro, da região do Ipiranga. Queria pedir uma gentileza aos senhores da Câmara Municipal. No final desta audiência, que todos falassem alguma coisa sobre a pauta de hoje. Com exceção da Vereadora Silvia, que sempre fala no final da audiência, os demais Vereadores que compõem a Mesa ficam em silêncio e tchau, boa noite, até logo, amanhã eu volto.

Queria falar sobre a questão de patrimônio histórico. O Conpresp foi criado em 1985. O Iphan, que é do governo federal, foi em 1995. Vemos, hoje, na cidade de São Paulo, o perímetro das áreas tombadas abandonado. Você vê o Theatro Municipal de São Paulo. É uma vergonha muito legal para a Câmara Municipal que diz ser a zeladora da cidade de São Paulo.

Reformaram o Museu do Ipiranga e gastaram uma grana absurda, porém transformaram a fachada do Museu do Ipiranga. Então, perdeu a história. Ficou bonito? Ficou, mas não é o Museu do Ipiranga que nós tínhamos em 1800 e lá vai.

Então, é muito triste isso. Você vê que o governo e não só este governo, mas os demais governos anteriores pouco se ligam para cultura na área tombada. O Conpresp fala em 30% de área permeável na cidade e a preservação dos imóveis na Avenida Dom Pedro, no perímetro do Parque da Independência, que são 300 metros, não se cuida disso. No Plano Diretor do ano de 2002, falou-se na época que haveria redução no valor do IPTU para essas áreas tombadas para que as pessoas pudessem fazer a conservação dessas edificações, e até hoje nós estamos esperando isso. Será que vai sair? Será que o Plano Diretor de 2014/2023 vai começar a ser implantado ou vamos aguardar 2029 para que se faça alguma coisa? Porque o Plano Diretor de 2002, eu não vi nada ser implantado, a não ser as outorgas onerosas, o direito

de construir acima do coeficiente, que não beneficiou a maioria da população. Só beneficiou os grandes, o “estado democrático de direito exclusivo”. Não é para todos. Quem tem o poder da caneta tem o poder de fazer outorga onerosa. A cidade está abandonada, a cidade está largada. Os planos, os caminhos verdes, a área verde, isso se deixa para depois.

No Plano Diretor de 2002, não temos um caminho verde. O Córrego Ipiranga e o Rio Tamanduateí estão com suas áreas tampadas. É tudo largado.

Eu gostaria que os Vereadores tomassem uma posição e andassem um pouquinho mais pela cidade de São Paulo. Que é uma vergonha, *né*.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, Sr. Rafael Funari, do Coletivo Salve Saracura.

O SR. RAFAEL FUNARI – Boa tarde a todas, todos e todes.

Eu sou Rafael, do Coletivo Salve Saracura, que atua no Bixiga desde 2019.

Eu vou trazer dois pontos, a partir da experiência que temos no Bixiga, mas que refletem a questão do patrimônio na cidade como um todo.

Em primeiro lugar, eu queria ressaltar a questão das Zonas Especiais de Preservação Cultural, as ZEPECs, que elas foram introduzidas na legislação em 2002, em continuidade às antigas Z8-200, mas elas têm um ponto muito fraco que elas não conseguem pensar o imóvel com a área envoltória e as manchas urbanas.

Então, o que vemos é que as ZEPECs tratam os lotes de forma isolada e fragmentada, e isso acaba colocando em xeque a preservação de algumas manchas e zonas urbanas. O exemplo do Bixiga é muito evidente, porque o Bixiga é um bairro tombado desde 2002 e nós temos três zonas consideradas envoltórias, mas que consistem mais em áreas de especial preservação e elas não são contempladas no conceito das ZEPECs, e isso acaba dando uma anomalia na legislação, permitindo, assim, a construção de edifícios de alto gabarito no bairro. Então, as ZEPECs precisam ser repensadas dentro do contexto do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento para que elas possam contemplar também as áreas envoltórias, os bens

tombados e expandir esse conceito de patrimônio pensando a mancha urbana.

Em segundo lugar, vou tentar ser rápido aqui, nós percebemos que existe aqui..., as preexistências urbanas e sociais e as demandas por preservação da cultura são colocadas em segundo plano no momento da aprovação dos empreendimentos imobiliários. Acho que os eixos de estruturação e transformação urbana acabam tendo prioridade em cima de outras zonas, previstas também na legislação, como é o caso das ZEPECs. Então, precisa haver alguns dispositivos que possam fazer esse diálogo entre as zonas, porque o Bixiga é um bairro tombado, mas que está sendo ameaçado justamente por ter parte do seu território inserido nas zonas-eixos de estruturação e transformação urbana. Eu estou falando aqui a partir da experiência do Coletivo, repito, na região do Bixiga, mas conseguimos ver isso em muitas zonas da cidade, não só na região Central, mas também na região periférica.

E o terceiro lugar é um ponto super-relevante e já peço licença porque, talvez, eu ultrapasse um pouco o tempo. É que o Plano Diretor e a legislação urbanística também não trazem uma abordagem que relacione habitação social e patrimônio histórico, deixando de contemplar, por exemplo, a população residente em moradias coletivas que subdividem imóveis na região Central. Muitos desses imóveis, inclusive, são tombados, o que leva a um deslocamento dessa população para outras regiões ou mesmo a invisibilidade dos modos de vida estabelecidos nesse local. Nós temos, de novo, a experiência do Bixiga, uma região tombada pela resolução, e a própria resolução estabelece como diretriz a manutenção da população residente. O que nós percebemos é que, na verdade, os novos empreendimentos imobiliários estão deslocando a população preta e pobre do Bixiga para as periferias, um processo que se repete desde a década de 70.

Já vou encaminhando para o final, peço desculpas por pegar um pouquinho, mas também precisamos pensar os critérios da Zona Especial de Interesse Social, de habitação, que também precisa dialogar com o campo do patrimônio, justamente porque os imóveis destinados para as ZEIS precisam contemplar as rendas de salários mais baixos. No Bixiga, há porções de territórios com ZEIS, as novas habitações são destinadas para a faixa de seis a 10 salários

mínimos, o que não contempla a população vulnerável do Bixiga.

E precisa também ter um critério racial na escolha da ocupação dessas moradias, justamente porque o Bixiga é um bairro historicamente negro. O Quilombo Saracura deu as caras de forma mais vívida agora, com o achado dos vestígios arqueológicos. Então, preservação da população negra no Bexiga também é essencial para a manutenção da identidade do bairro.

Então, são esses dois pontos com as suas ramificações que eu gostaria de ressaltar. E que a Câmara consiga incorporar isso na revisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, Sr. Alex Barcellos, Mandato Coletivo Quilombo Periférico.

O SR. ALEX BARCELLOS – Boa tarde a todos, todas e todes aqui presentes, aos Vereadores da Mesa, aos que não estão, às secretarias chamadas e que também não vieram, sabemos que houve convite para a Secretaria de Cultura.

Vim falar novamente o quanto é importante reforçar a descentralização do debate. Estamos falando de patrimônio e cultura fora dos espaços de patrimônio e cultura históricos, na cidade de São Paulo, que precisam entrar dentro do Plano Diretor. Estou aqui para falar dos chips, superimportante, não temos regulamentação, novamente reforço aqui para o Vereador Rodrigo Goulart, para o Presidente Rubinho Nunes, o compromisso de os Vereadores conseguirem regulamentação para os chips.

Então, temos ali um patrimônio superimportante, que são os chips Jaraguá e Perus, onde já temos um roteiro de memórias superimportantes, tanto para os estudantes - sei que há estudantes aqui -, é um patrimônio de memória super relevante para os alunos que estudam no território, que compreendem. Não sei se vocês conhecem o território, não sei se os Vereadores conhecem o território, a história do Cemitério de Perus, superimportante, principalmente na época da Ditadura.

Mas temos também a fábrica de cimento ali, superimportante, o Quilombaque. Temos ali também o Acampamento Irmã Alberta, do MST. Então, um espaço superimportante construído

pela população, pelo movimento, entregue e contemplado, em 2014, no Plano Diretor, e nunca regulamentado. Regulamentar significa colocar no roteiro cultural da cidade de São Paulo. Significa colocar dinheiro, significa exercer a política pública na prática. O quanto é fundamental, educacional, termos os alunos entendendo e conhecendo o território em que moram, sabendo de todas as histórias. Não sei se sabem, a Fábrica de Cimento do Perus forneceu cimento para a construção de São Paulo e de todo o Brasil. Tem uma luta da classe trabalhadora lá histórica, não podemos perder isso.

Então, queria esse compromisso mesmo. E falando de cultura, outro aspecto fundamental que nunca é colocado aqui, quando vamos ter o compromisso de o Plano Diretor também dialogar com a cultura, as ZEPECs, hoje temos mais de 10 ocupações culturais na cidade de São Paulo, que se enquadram na ZEPEC. Posso falar Ocupação Coragem, na zona Leste; Casa Ecoativa, na Ilha do Bororé e posso citar o Espaço CITA, além de outros.

O Espaço CITA não só é um processo organizativo de aquilombamento de coletivos culturais, como também ganhou uma placa referente a um pé de baobá, sobre a riqueza histórica e a memória afetiva que temos do território que foi considerado uma antiga senzala. E todo ano sofre uma ordem de despejo, porque a cultura já aceitou receber aquele espaço e a Secretaria de Saúde, infelizmente, segura na gaveta uma ordem de autorização para que esse espaço tenha a oportunidade de fazer a gestão livre, sem receber nenhuma pressão de que vai fechar a qualquer momento. E isso faz parte de ZEPECs.

Então o quanto seria importante ser contempladas também as ocupações culturais dentro do Plano Diretor.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado.

Próximo inscrito é o Sr. Camilo de Souza Torres, da Cooperativa Nacional do Circo e APEC.

Informo que as inscrições estão encerradas.

O SR. CAMILO DE SOUZA TORRES – Senhoras e senhores, respeitável público,

eu não poderia começar de outra forma, como representante do mundo maravilhoso do circo: respeitável público, distinta plateia, boa noite.

Distintos Vereadores, prezado Goulart, prazer em revê-lo, eu estou representando uma entidade e representando um segmento que está cada vez mais sofrível, que é exatamente o mundo maravilhoso do circo, o circo itinerante de lona. E qual é o meu pleito, como representante e atual Presidente da Cooperativa Nacional do Circo? É exatamente solicitar aos nobres Vereadores que seja incluso dentro do Plano um espaço físico dos grandes espaços ociosos dessa grande cidade de São Paulo para nós, viajantes do circo.

Percebemos muitos espaços onde pode ser instalado um circo permanente, com espetáculos, com formação de nova geração de circenses, novos jovens, que estão voltados a outros tipos de atividades nem sempre muito sadias; então, o circo, como mãe de todas as artes, pode ser esse ambiente familiar. Circo é espetáculo em família. Só falta o papagaio e o cachorro para ficar toda a família lá, desde o avô, a avó, o pai, a mãe, o sobrinho; sempre é um espetáculo em família.

Então, enquanto gestor de uma entidade, também sou artista, sou o palhaço Pirulito, muito prazer em conhecê-los, e eu quero contar com os nobres Vereadores nesse aspecto: um espaço dentro da cidade de São Paulo para um circo permanente. Pode ser nas regiões periféricas. Um circo não precisa ter só o espetáculo de circo, pode ter teatro, pode ter um cinema, pode ter uma palestra, pode ter espaço de vacinação. Na época da pandemia, alguns circos, através da cooperativa, disponibilizaram o espaço para vacinação dos cidadãos paulistanos.

Esse é o meu pleito, nobre Vereador Goulart. Nós, artistas circenses, sabemos controlar o tempo, o tempo necessário para o pleito.

E APEC significa Associação Paulista de Empreendedores Culturais. Nós somos empreendedores culturais, e eu sou um dos diretores. Mas aqui estou mais defendendo a manifestação fantástica do circo. Quem ainda não foi ao circo, bom sujeito não é.

Boa tarde a todos. Estou à disposição para maiores esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

Próxima inscrita é a Sra. Inti Anny Queiroz, assessora da Deputada Federal Sâmia Bomfim.

A SRA. INTI ANNY QUEIROZ – Boa tarde a todas, todos e todes. Vereadores, é um prazer estar com vocês. E que bom que há esse espaço para a gente falar sobre cultura dentro do Plano Diretor.

Hoje eu fiz questão de vir, de deixar um pouquinho a temática federal, como trabalhadora da cultura que sou também, munícipe, e também trazer uma dica aos nobres Vereadores de que nós estamos passando um processo de reconstrução do setor cultural, então é muito importante que isso seja refletido dentro dessa revisão do Plano Diretor, no sentido de que finalmente vamos começar – diz a lenda – a reconstruir o nosso sistema nacional de cultura.

Com a aprovação da Lei Paulo Gustavo, no artigo 4º, há a obrigação das cidades e estados de implantar o seu sistema. Isso significa que finalmente nós vamos implantar o sistema municipal de cultura, e isso precisa estar previsto no nosso novo Plano Diretor também. Por quê? Porque dentro do sistema municipal de cultura, nós temos a previsão de um fundo municipal de cultura que já é lei e está aprovado desde 2015 e, até hoje, não foi regulamentado.

Então, deixo, também, o recado ao Prefeito Ricardo Nunes, de que há necessidade dessa regulamentação e que tem que negociar, inclusive, com o próprio Fundurb, enquanto uma possibilidade de fonte de recursos para esse fundo que tem que ser pensado - e acompanho a fala do meu camarada Alex Barcellos do Quilombo, no sentido descentralizado. A gente teve durante alguns anos a subcomissão de cultura dentro da Comissão de Finanças da própria Câmara para, justamente, debater essa descentralização dos recursos da cultura. Esse era o nosso principal foco dentro da subcomissão dentro da Comissão de Finanças e Orçamento daqui, porque a gente não pode só pensar no Plano Diretor como um grande mapa. O Plano Diretor é uma grande política pública da cidade de São Paulo. É o que move e, justamente, por ser, também, um grande mapa, a gente tem que pensar em termos de territórios descentralizados

na maior cidade da América Latina.

Quando se fala de cultura, não dá para falar de cultura no Plano Diretor sem falar no Plano Municipal de Cultura no Plano Diretor. Está citado dentro do Plano Diretor esse diálogo, com uma política que está dentro da Constituição Federal, afinal, está no artigo 215, o nosso Plano Nacional de Cultura e o equivalente municipal, e no artigo 216A, o sistema. Então, fica a dica porque é um momento histórico, quando, finalmente, vamos encontrar o nosso SUS da cultura.

E, dialogar com o Plano Diretor, acho que é uma questão não só de obrigação que está na legislação, mas de fazer a coisa no tempo certo, de a gente construir juntos o federal e a cidade de São Paulo uma grande política cultural real, consistente de cultura.

É isso. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

— Não havendo mais inscritos presenciais, convido a Sra. Adriana Blay Levisky, da Levisky Arquitetos. (Pausa) Não está presente. Ausente a Sra. Adriana, não há mais inscritos pelo *chat*.

Pergunto aos Vereadores presentes se algum colega deseja fazer uso da palavra. A Vereadora Silvia da Bancada Feminista tem o uso da palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa tarde a todos, todas e todes.

Cumprimento vocês que vieram aqui na audiência pública e que também trouxeram movimentos culturais que defendem a preservação do patrimônio histórico na cidade de São Paulo.

Acho que a audiência está bem representativa de, pelo menos, três movimentos muito importantes, um que é a Usina Ecocultural, do Ipiranga, que eu conheço pessoalmente, é um projeto muito importante. Convido, inclusive, os dois Vereadores que compõem a Comissão de Política Urbana ou a própria Comissão de Política Urbana para fazer uma visita na Usina para que conheçam esse projeto.

É um projeto cultural que ocupou um espaço que estava abandonado há vinte anos

e que está dando uma finalidade cultural e, também, de preservação ambiental; é o antigo incinerador de lixo que, na verdade, fazia muito mal ao meio ambiente na cidade de São Paulo e que está querendo dar um propósito para esse espaço, um propósito de preservação ambiental, mas não só: de educação ambiental, como sendo um museu do meio ambiente, onde vão acontecer várias atividades culturais e ecoculturais. Então, o projeto da Usina Ecocultural é muito bem-vindo, tanto para a região do Ipiranga quanto para a cidade de São Paulo.

Também queria falar sobre a região de Perus. Eu conheço um pouco porque visito as escolas da região, sei do Quilombaque, sei da história do Cemitério de Perus e da questão da fábrica de cimento. Então, acho que é bem importante a contribuição que o Alex trouxe.

Também quero falar que as ocupações culturais consolidadas possam estar presentes no projeto final da revisão do Plano Diretor porque não deixam de ser, também, patrimônios históricos culturais da nossa cidade.

Queria falar, também, da Bela Vista, colocada aqui como uma região que precisa de preservação, que tem a questão dos achados arqueológicos onde estão acontecendo as obras atuais do metrô. E por que tem achados arqueológicos? Porque naquela área existiu um antigo quilombo, o Quilombo Saracura.

Por isso tem toda uma preocupação com a preservação desses achados arqueológicos, e não apenas com a preservação, mas com a transformação dessa futura estação de metrô em um memorial que possa estar presente ali; para que todas as pessoas, que passarem pela estação, possam saber que ali, naquele lugar, era um quilombo. Que a história da população negra de São Paulo, a população que foi escravizada, a população que foi tolhida de todos os direitos humanos e que resistiu bravamente – e o Bixiga foi e ainda é um local de resistência negra –, possa estar presente naquela estação do metrô e que ela tenha o nome de Estação Quilombo Saracura Vai-Vai.

A gente não pode ter na cidade de São Paulo, como exemplo, o que aconteceu com a recente estação do metrô, que era para se chamar Paulo Freire e virou Estação Fernão Dias. Inclusive o Metrô informou que consultou a população local. Trezentas pessoas votaram e

colocaram o nome da estação de Fernão Dias, que não tem nada a ver. Fernão Dias foi um bandeirante, e a história – ainda bem – nem quer mais homenagear bandeirantes. A gente quer homenagear os indígenas, os negros, os trabalhadores que construíram a nossa história.

Por isso o Movimento Saracura Vai-Vai fez um abaixo-assinado importante, que foi entregue inclusive na mão do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Milton Leite, com o pedido para que o nome da estação do metrô seja Estação Quilombo Saracura Vai-Vai.

Mas não é só isso, a região da Bela Vista, como o meu colega disse, tem vários lotes tombados. E esses lotes não pegam o perímetro todo. Esses lotes tombados têm, em volta, um monte de áreas que não são tombadas. Então o que acontece? As construtoras vão exatamente nesses lotes, que não são tombados; e constroem edifícios, que não têm nada a ver com o padrão histórico da Bela Vista e a maioria deles, os novos, inclusive são *studios*.

Isso faz com que encareça muito o preço do imóvel naquela região. É só pesquisar quanto está um aluguel na Bela Vista. Está caríssimo. Eu sei, porque pesquisei. Eu queria morar aqui perto e não consigo, porque o preço do aluguel é mais caro do que onde eu moro, que é no Brás.

Mas a população negra, que é a população originária da Bela Vista, acaba sendo expulsa. Hoje essa população negra está morando onde? Nos cortiços, nas pensões, porque é o único lugar onde elas conseguem pagar. Muitas já foram expulsas. Muitas famílias acabaram indo para a Cidade Tiradentes, indo para as periferias.

E quero falar sobre a escola de samba. A Escola de Samba Vai-Vai, que é tradição na cidade de São Paulo, não tem mais a sua quadra ali no Bixiga. Por isso é importante que parte dessa preservação histórica seja encontrar um terreno, dentro do Bixiga, que possa abrigar a quadra da Escola de Samba Vai-Vai.

Uma das medidas que a gente pode ter na revisão do Plano Diretor é fazer com que as áreas envoltórias desses lotes tombados sejam também preservadas. Teria que se ampliar a questão das Zepecs para todas as áreas envoltórias e não apenas para os lotes.

Queria terminar falando que o valor cultural e histórico da cidade de São Paulo

inclusive hoje é um valor econômico. Muita gente vem fazer turismo na cidade de São Paulo para conhecer os pontos históricos. Então matar os lugares históricos da cidade de São Paulo, construir só prédios, acabar com as vilas em Pinheiros, acabar com as casas tombadas no Bixiga, acabar com os lugares que têm valor histórico, é também acabar com a economia, porque uma parte da economia da cidade hoje é voltada para o turismo.

Por isso quero sensibilizar os Vereadores que são mais da área do turismo, da área econômica voltada para essa parte, para que a gente possa ter, na revisão do Plano Diretor, a preservação das regiões e dos patrimônios históricos da cidade de São Paulo.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Tem a palavra o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Bem rápido, Sr. Presidente.

Concordo com a Vereadora Silvia que, no início da sua fala, disse que é uma audiência pública muito representativa, com diversos movimentos culturais, também o pessoal da APITO falando sobre os bens tombados. Há uma grande preocupação desta relatoria com esses quesitos também, mas principalmente na questão do uso dos TDCs, que tem uma grande polêmica nesse caso. Trabalhamos muito durante a discussão do PIU Central, também, sobre a validade dos TDCs, sobre o percentual que pode ser utilizado, apenas 5% do que foi emitido de outorga, que está dentro do Fundurb, então há uma discussão nesse caso.

Só para vocês terem uma ideia, neste domingo estive em Belo Horizonte. Sabem quantos por cento dos bens tombados de Belo Horizonte são restaurados, Silvia? Oitenta e cinco por cento. E quanto nós temos aqui na cidade? Então nós temos que oferecer mais incentivos para que haja realmente o restauro dos bens tombados na cidade. Quantos bens tombados? O Marcelo disse 5.000 bem tombados, é isso, Marcelo? Aproximadamente 5.000 imóveis tombados na cidade e uma porcentagem baixíssima deles restaurada. E que esse fundo que for arrecadado, da forma que for, seja revertido para as demais atividades culturais da cidade.

Era isso, Presidente, e que possamos ter a contribuição da Vereadora Silvia, do

Presidente Rubinho para aprimorar ainda mais esse texto. Pouco foi falado da questão cultural no que foi apresentado pelo Executivo, mas com certeza nós teremos muito a acrescentar na revisão intermediária do Plano Diretor, que agora está na fase de escuta, de contribuições na Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Quero agradecer também a participação e manifestação de todos os presentes, a todo o público presente, Vereador Rodrigo, Vereadora Silvia, demais vereadores presentes, secretaria da Mesa.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Lembrando que no próximo sábado, às 8h da manhã, teremos audiência pública no Teatro Paulo Eiró, em Santo Amaro.

———
Todos estão convidados.

Tenham todos uma ótima noite e até o próximo sábado.